REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
PALMAS - TOCANTINS

ENCONTRO COMUNITÁRIO – ZONA RURAL: TAQUARUSSU GRANDE 16/08/2016

CAPÍTULO III: ENCONTRO COMUNITÁRIO – REGIÃO DE TAQUARUSSU GRANDE

1. DA METODOLOGIA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO

O procedimento deste Encontro Comunitário realizado na região de Taquarussu Grande, Zona Rural - Município de Palmas-TO, consistiu em dois momentos distintos: o primeiro em uma reunião plenária, em que foram expostos os objetivos do encontro, que consistiu na coleta de informações para compor um relatório comunitário, que, juntamente com um posterior relatório técnico baseará o futuro diagnóstico do Município, que comporá as propostas para a elaboração da minuta de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas; foi explicitado que o momento seria destinado exclusivamente a ouvir à comunidade, seus anseios e necessidades. Explanou-se que as discussões estariam ocorrendo em três Eixos Temáticos: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e, finalmente, Eixo FISCAL E GOVERNANÇA. O segundo momento ocorreu em salas temáticas, de acordo com cada eixo supramencionado.

A metodologia das salas temáticas consistiu em relatos, ponderações e diálogos que levaram a apontamentos nas tarjetas, enfocando os CONFLITOS, as POTENCIALIDADES e as SOLUÇÕES e, após a conclusão desses apontamentos, priorizou-se os principais conflitos, aclamados e aprovados pela maioria dos presentes. Todas as explanações foram relatadas em ata, a qual foi projetada para que os participantes acompanhassem o relato. Em casos específicos, procedeu-se ao uso de mapas e/ou aplicativos *Google Earth* para auxiliar na localização da região ou de pontos estratégicos.

2. DOCUMENTOS DA PLENÁRIA

2.1 ATA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS

ATA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO

ZONAL RURAL – TAQUARUSSU GRANDE

Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2016, às 14h00min, reuniram-se nas dependências da ETI João Beltrão, na região de Taquarussu Grande, Zona Rural - Município de Palmas-TO, os representantes da Prefeitura Municipal de Palmas, representantes sindicais locais e também integrantes da comunidade, para discutirem a revisão do Plano Diretor de Palmas-TO. A Reunião teve ampla divulgação, através do Diário Oficial do Município de Palmas-TO, panfletagem e cartazes. Às 14h37min, a cerimonialista Valéria abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Ela explicou que o Plano Diretor é uma lei feita pela Prefeitura com a ajuda da população, citou as etapas de revisão que são cinco, planejamento do trabalho, leitura da cidade (leituras técnicas e comunitárias), elaboração do diagnóstico municipal, diretrizes e propostas e projeto de lei. Falou ainda que as reuniões acontecerão em 7 endereços urbanos, 6 rurais e 6 segmentos organizados da sociedade. Convidou o Sr. Jose Messias, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Sr. Roberto Sahium, Secretário de Desenvolvimento Rural, o Pe. Jairon da Paróquia de Bom Jesus da Serra, o Presidente da FAETO, Sr. Pereira Lima. Quem iniciou as falas foi o Sr. Roberto Sahium que começou também agradecendo a presença de todos, falou sobre a pergunta de uma técnica sobre a comunidade rural, se ela está bem representada hoje, e ele mencionando alguns presentes concluiu que todas as representações rurais estão aqui (apontando os representantes do Macaquinho, São Silvestre, Santa Fé, Francisco Galvão e Brejo Comprido). Mencionou sobre ser um dos mais velhos presentes e seus conselhos como uma pessoa vivida, pontuando o problema da água em Taquarussu Grande, citou sobre todos preferirem a beira do ribeirão para a moradia, a importância de guardar água para o período de escassez, que o mundo inteiro guarda água e só o Brasil não aguardava porque chovia periodicamente. Outra preocupação pontuada por ele foi a falta de estradas vicinais, lembrando da falta de qualidade das estradas entre regiões, estradas essas cheias de enxurradas. Outra questão citada foi a produção, enfatizou em outra questão a necessidade dos órgãos tecnológicos darem apoio para uma agricultura sustentável, que é a agricultura familiar com baixo uso de agrotóxicos, concluiu com o último quesito da necessidade de apoio técnico, e que a EMBRAPA pode ter boas pesquisas, mas essas pesquisas devem chegar ao campo, como por exemplo medidas alternativas para alimentar o gado durante a seca e produção agrícola com menos água. Finalizou falando da falta de subsídio de transporte na região

rural, lembrando que na área urbana o ônibus é subsidiado. Agradeceu a todos e devolveu a palavra a cerimonialista que agradeceu a presença da Associação Brejo Comprido em nome do Cleber, a Associação de Produtores Rurais Francisco Galvão em nome da Damiana, a Associação do Rio Macaquinho em nome da Creusa Rodrigues e a Associação do São Silvestre em nome de José Branquinho. A palavra foi entregue ao Padre Jairo que citou uma passagem bíblica que falava em água e fez uma relação com a falta de água, e a seca do ribeirão Taquarussu, lembrando o quão o Ribeirão Taquarussu era abundante e hoje não derrama mais. Pediu a proteção de Deus para que todos saiam depois da sua contribuição e os presentes consigam expor as suas ideais. Rezou o Pai nosso, finalizou desejando uma boa tarde. A cerimonialista passou a palavra para o Presidente da FAETO, que disse falar em nome das associações aqui presentes e apresentou alguns desses representantes. Explicou que vieram aqui para construir um projeto de lei para dar diretrizes a cidade nos próximos 10 anos. Disse que o objetivo era fornecer matéria-prima para que os técnicos, arquitetos e engenheiros elaborem esse projeto. Falou ainda sobre a necessidade de proteger suas águas. Explicou que todos terão a oportunidade de falar o que querem para a cidade nos próximos 10 anos, e incentivou que todos coloquem o que é verdadeiramente importante. A palavra foi passada para o Sr. Jose Messias que agradeceu a todos, principalmente quem compôs a mesa com ele, falou que tem propriedade rural na região e que é colega dos presentes, agradeceu a presença dos técnicos da Prefeitura presentes no local, explicou que o processo começou há 2 anos e esclareceu a importância dessa fase de discussões com a sociedade. Citou a agenda de Reuniões e que essa é 5°, sendo a 3° na zona rural, lembrando que serão 24 reuniões, convidou os presentes para participarem das Reuniões nas demais regiões. Explicou que o Plano é a diretriz máxima que subsidia o prefeito e vereadores. Lembrou da presença do Ministério Público e sua parceria com a realização do processo de Revisão do Plano Diretor. Explicou ainda que o Plano Diretor abrange a cidade como um todo, lembrou da proximidade campo rural e urbano, citando os loteamentos ilegais na área rural. Falou que nem sempre são feitos por má-fé, mas por falta de conhecimento. Avisou que os técnicos da Prefeitura estavam no local para ouvir a população. Citou a discussão do aumento do perímetro urbano e a revisão das leis urbanas. Lembrou a todos que devem discutir sobre serviços como saúde, educação e transporte, citando o BRT. Despediu-se pedindo que todos participem com empenho, falando que todos estão convidados a participarem do processo até o fim. A cerimonialista agradeceu a todos que compuseram a mesa e passou a palavra para o Sr. Marcus Vinicius Bazoni explicar a dinâmica da reunião. Ele lembrou que os técnicos estão aqui para ouvir à população, através de slides explicou o que é um Plano Diretor citando a definição de dois autores. Lembrou que o Plano Diretor engloba a área rural e urbana. Explicou o processo de revisão do Plano Diretor em planejamento, leitura da cidade que é o processo atual, diagnóstico municipal, diretrizes e propostas e, por fim, a elaboração do projeto de Lei. Citou também os agentes participativos como a Comissão de revisão do Plano Diretor. Explicou que no local há quatro salas temáticas sendo elas: Meio Ambiente e Mudanças climáticas, explicou o que esse assunto aborda como

assoreamento de córregos, saneamento básico e influência do clima na temperatura, outra sala abordará o Eixo Territorial, que abrange uso do solo, mobilidade e transporte, política de habitação, serviços urbanos e o último que é Fiscal e Governança explicou a importância do eixo e a pontuação recorrente de outras reuniões, da viabilidade econômica dos apontamentos feito para a lei. Explicou a dinâmica do trabalho lembrando que a presença dos técnicos é para escutar a população, falou que devem escolher uma sala, mas podem transitar em outras se assim acharem necessário. Explicou que eles farão apontamentos sobre problemas, potencialidades e soluções, pediu que todos indiquem em que região está esse apontamento, através de mapas presentes nas salas. Lembrou do Convite do Secretário Messias para que os presentes participem das demais reuniões. Um membro da comunidade pediu 5 minutos para recados. Ele chamou os facilitadores de sala para se apresentarem, falou que o Arquiteto Elias vai conduzir a sala que abordará o tema Habitação e Regularização Fundiária (subtema do eixo Desenvolvimento Territorial); a Internacionalista Rariany conduzirá o eixo Fiscal e Governança; a Engenheira Ambiental Mônica tratará do tema Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; e a Arquiteta Daniela conduzirá o eixo Desenvolvimento Territorial. O representante da comunidade local pediu a palavra para falar que a preocupação deles no local é água urgente, que já existem pessoas totalmente sem água, mas lembrou que não é necessário apenas água, mas também saúde e educação, explicando os problemas de saúde local relatando que a região abriga cerca de 5 mil habitantes. Insistiu que todos devem participar e pediu ainda para se atentarem ao IPTU rural. A cerimonialista lembrou que todos serão ouvidos e pediu para se encaminharem para as salas. A presidente da associação, Sra. Noeli, pediu a palavra para falar que achou que havia uma plenária depois, ela citou que eles queriam colocar o posicionamento da associação que os parceiros locais são a igreja e a escola. Leu um documento que relata a posição da associação local (anexo). O documento foi recolhido pela equipe técnica e todos se encaminharam para as salas.

2.2 LISTA DE PRESENÇA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO - PLENÁRIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
01	Cliciane Dias Tiago dos Santos	R18 Q.58 LT13 Aureny IV	(63) 99108-8412	Cliciane Dias	Sim
02	Maria Helena Gomes Oliveira	R. Santo Antonio QSE 08 Lt 25	(63) 99106-8007	Maria Helena Gomes	Sim
03	Marcia Regina B. Pio	SEDUH	(63) 99237-3205	[assinatura]	Sim.
04	Inngrid Barros Lopes	SEDUH	(63) 98467-5329	[assinatura]	Sim
05	Eraldo L. L. Carvalho	IPUP	(63) 99222-6028	[assinatura]	SIM
06	Raziany Monteiro	IPUP	(63) 99201-2716	[assinatura]	Sim
07	Vanessa Mitt Silva	SEMDUS	(63) 2111-1130	Van Mitt	Sim
08	Marijane Ribeiro	AGTUR	(63) 9239-8985	Marijane Ribeiro	Sim
09	Robson Freitas Correa	IPUP	(63) 2111-0909	[assinatura]	SIM
10	Elias Martins	SEDUH	63-2111-1113	[assinatura]	sim
11	Fabiana Bosvenquevitz	SEDUH	63-2111-1190	[assinatura]	Sim
12	Keliulton C. Teodoro	SEDUH	(63) 8400 0873	[assinatura]	Sim
13	Lúcio M. C. Pinto	SEDUH	63 2111-1113	[assinatura]	SIM
14	Mônica R. Silva	IPUP	2111-1123	[assinatura]	SIM
15	Wandreson Lopes Oliveira	FMA	(63) 3234-0028	Wandreson Lopes Oliveira	SIM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
16	DANIEL BARTKUS RODRIGUES	105 NORTE LOTE 3	DANIGEOUSP@HOTMAIL.COM	[signature]	sim
17	José Augusto dos Junior	105 Norte Al Aroeira	jaugustojr@outlook.com	[signature]	sim
18	Luis Mario Ranzi	Chácara S. Francisco de Assis	marioranzi@yahoo.com	[signature]	sim
19	Marcílio Pereira Lima	TO 050 Km 11	pereiralima.to@...	[signature]	sim
20	EURISTAN M. BARROS	SANTA FÉ RURAL	EURISTAN@GMAIL.COM	[signature]	Sim
21	[illegible]	CHA BURBOA		[signature]	[illegible]
22	Luis Viana Coutinho	SECOM/ PALMAS	(63) 98443-3330	[signature]	Sim
23	Joaquim Florencio Vieira	CHAC. Jardim do Éden	(63) 8502 7304	[signature]	
24	Marino Bezerra	Chácara quero verde	99233 1909	[signature]	[illegible]
25	William Fabricio Rafael	Semdh	(63) 9279-3555	[signature]	Sim
26	Antonio Ramos Pereira Neto	Semdh	(63) 99100-0987	[signature]	Sim
27	[illegible] ALVES GOMES	SEMDH	(63) 2111 1135	[signature]	Sim
28	Severino Kleber Melo	CHÁCARA PIAUÍ 14	(63) 99242 1498	[signature]	Sim
29	Maria Aparecida Souza	508 norte lt 05	63 8103 1972	[signature]	Sim
30	Fernando A. pereira	Lot. coqueirinho 2ª etapa qd. 33	63 99200-3485	[signature]	sim

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
31	DIEGO R. DA SILVA	FAZ. MONTE MORIÁ	98448 0618	[illegible]	Sim
32	Cleusa S. R. da silva	Faz. Monte Moriá	scleusa1234@gmail.com	[illegible]	Sim
33	J C AYRES ANGELO	STA. FÉ RURAL	99221-8280	[illegible]	SIM
34	Joni Angelo	Sta. Fé Rural	99221.8280	[illegible]	Sim
35	RUY BUZAR	ESTÂNCIA MARINA	99223.1404	[illegible]	Sim
36	[illegible]	Cha. Bom Jesus	99285-5580	[illegible]	Sim
37	Daniela B. Figueira	IPUP	2111-0904	[illegible]	SIM
38	Gilvan A. Araujo	Taquarussu G.	99213 8355	[illegible]	Sim
39	Leticia M. S. Rocha	SEDUH	99227-9395	[illegible]	Sim
40	Eunice Rodrigues da Silva Siqueira	STª Fé Rural	99238 1440	EPSiqueira	Sim
41	Aroldo Pires Lima				
42	André Luis Camargo Castro	IPUP	99616898	André Castro	Sim
43	Jeferson Alves Vieira	Fazenda Sabá Nova	(63) 99947 6232		Sim
44	Haíres Alves Lima	"	"	[illegible]	Sim
45	Daniel Lopes de Oliveira	SEMED	98434.5267	[illegible]	Sim

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
46	José Monteiro Filho	Chác. Planaltina	(63) 99233-1252	[illegible]	Sim
47	Boaventura O. Monteiro	Chac. Planaltina	Sat. Fé. 92331252	Boaventura	Sim
48	José Fialho Miranda	TO 020 Km. 18	-		Não
49	Noeli Maria Stürmer	Chac. - Km 17,3	noelimaria@gmail.com	NStürmer	Sim
50	Lucivne S. Nogueira Almeida	Chac. 71	63-99220-0422	[illegible]	Sim
51	Julho Teixeira Almeida	Chac. 71	63-99225-8680	[illegible]	Sim
52	José Câmara	Olho dagua 22 C	63-98420-2699	[illegible]	Sim
53	Sebastião Dias de Souza	S. Tio. [illegible]	92878400	[illegible]	Sim
54	Jose Messias de Souza	Sec. Dv. URBANO	99784453	[illegible]	Sim
55	Roberto Jorge Sahium	SEDER	2111 2629	[illegible]	Sim
56	Pe. Fairon Bezerra	Taquarussu Grande	faironbezerra@hotmail.com	[illegible]	Sim
57	José Pereira Nunes	Faz. Boa Vista	99971-6621	José Pereira	Sim
58	Raimundo Nonato A. [illegible]	Chac. Novo Sitio	99214-5318	[illegible]	Sim
59	Supervania Mamede Lima	Chacara Recanto Lv	84634731	Supervania Mamede Lima	Sim
60	Margareth Sappendi	Chacara Terra Santa	(63) 99991-3343	[illegible]	Sim

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
61	Leane Ávila Silva Cavalcante	706 Sul 02 HM 20, Apto 29 Jurion Palmas	81175484 leaneariela@gmail.com		SIM
62	Damiana de Souza e [illegible]	403 Sul [illegible] Santa Fé II	84636516		Sim
63	Emerson Vieira dos Reis?	Aparecida S. Fé B. 178	98411-1163		Sim
64	Gildeon Ribeiro Gonçalves	CHAC - STA-CLARA			
65	José Antônio Galvão Silva	CHAC: MONTE MORIA			
66	Keidiane? S. de Faria	Estância Marina	981254447		Sim
67	Antonio Edio? L. Lucena	612 Sul QI 02 A LT 07	984388477		Sim
68	Erazio? do L. Santos	612 Sul QI 2 A LT 07	984666229		Sim
69	Julliana Menelik Costa	706 Sul Al 12 lote 16	98409.31.23		Sim
70	Francisca Mª da Souza	Bela Vista Taquaruçu	984778709		Sim
71	Laian Vieira Dias?	ASSOC-SÃO SILVESTRE	984878930		Sim
72	José Almir [illegible]	ASS. Francisco Galvão	984036691		Sim
73	Patrício André S. Coelho	Rua 34, LT 05 Aureny III	98433-4732		SIM
74	Damilton N. Silveira	Rua 22, Qd 146 L 8	8446-2080		Sim
75	Wanderson? P. [illegible]	1206 Sul CT 11	8433-2526		Sim

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
76	Gilvan A. Araújo	Taquarussu Grande	982138555	[assinatura]	Sim
77	Eloy nogueira Leite	Taquarussu Grande	98404.4697	[assinatura]	Sim

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: FEIRA DE TAQUARUSSU

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
	José Alberto B. Sobreira	IPUP	8404-4154		Sim.
	Israel Tocantins de Sousa	SEDUH	99211-6073		Sim

2.3 CONTRIBUIÇÕES POR ESCRITO - PLENÁRIA

Água DOce
Preservar para não faltar
Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande

Contribuições da Associação Água Doce – Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande – para a revisão do Plano Diretor de Palmas – TO.

A *Associação Água Doce – Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande* – é uma instituição de caráter ambiental que atua nessa região com a missão de desenvolver, articular e intermediar ações de proteção e recuperação das áreas do entorno da bacia do Ribeirão Taquaruçu (formada pelos rios Macacão, Marmelada e Taquaruçu).

A Associação foi constituída formalmente em 13 de dezembro de 2013 em Assembleia Geral com aprovação do Estatuto Social. No entanto, desde março de 2013 vem atuando como Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande. Tem como parceiros locais a Paróquia Bom Jesus da Serra, a Escola Municipal João Beltrão e o Parque Estadual do Lajeado.

Nessa Reunião Setorial, nossa posição é a de reiterar o que todos já sabem:

1. O Taquaruçu Grande faz parte da **área rural** do município de Palmas – Tocantins e, nessa condição, se enquadra em legislação específica, entre ela, a do respeito às dimensões do módulo rural quando do parcelamento de áreas. Esse é o primeiro aspecto legal que está sendo violado. É preciso estancar imediatamente a ocupação desordenada (feita pelas pessoas físicas) e também a ocupação ordenada (feita por empresários) no sistema de Condomínio Rural, o que não passa de engodo para burlar a legislação.

Essas formas de **ocupação ilegal** têm causado **danos imensuráveis** e **irreparáveis** no ecossistema da Bacia do Ribeirão Taquarurçu, dentre os quais:

a. a destruição violenta da mata ciliar e o consequente assoreamento do Ribeirão Taquaruçu. É possível que o rio interrompa seu curso até finais de setembro no trecho das imediações do km 19 em direção sentido ETA, se nenhuma providência urgente for tomada. Pesquisa realizada pela Associação Água Doce em parceria com a ETI João Beltrão revela que 70%

dos moradores que participaram da enquete, acreditam que o rio secará em 5 anos se nada for feito;

b. a total negligência com as questões de saneamento (uso de água e destinação de efluentes) com riscos de contaminação dos lençóis freáticos;

c. o desmatamento não autorizado em toda região da APA, incluindo a derrubada de árvores protegidas que, associada com determinadas atividades agropecuárias tem causado o aterramento de nascentes e a contaminação dos lençóis freáticos e dos cursos d'água;

2. O Taquaruçu Grande **está situado dentro de uma APA** - Área de Proteção Ambiental do entorno do Parque Estadual do Lajeado e como tal também regida por legislação específica dentre a qual a de ter todos os seus empreendimentos analisados pelo Conselho da APA para pronunciamento da sua adequação ou não de acordo essa legislação. Os empreendimentos surgem da noite para o dia, sem autorização ou, o que é pior, por vezes com uma autorização de gabinete por autoridade que não zela por esses trâmites formais; as informações de moradores são de que o Ribeirão vem sendo represado para atividades de lazer e também para atividades produtivas, ferindo os parâmetros legais;

3. O Taquaruçu Grande e o distrito do Taquaruçu, que compõe a Bacia do Ribeirão Taquaruçu (principal fonte de abastecimento da água de Palmas), são o cenário de 70 dias de **queimada,** de ambos os lados da serra, todos os anos. A consequência imediata é um ar irrespirável, acompanhada da morte dos poucos animais silvestres ainda existentes e, mais uma vez, da morte das nascentes. Não conseguimos compreender que os recursos tecnológicos já disponíveis ainda não estejam a serviço da identificação do início dos focos, na maior parte das vezes promovidos por criminosos que ainda fazem uso do fogo como recurso de limpeza das suas áreas e pouco estão se importando com as suas consequências, apostando que "não vai dar em nada"! Não conseguimos compreender porque a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros não sejam melhor equipados e porque seu trabalho não esteja sendo reforçado por um batalhão temporário, mas numeroso, de brigadistas para a contenção das queimadas.

4. Como **área rural** próxima a Palmas, o Taquaruçu Grande precisa merecer dos órgãos competentes um **Plano de incremento à produção de alimentos**, com

efetiva execução, que vai desde o apoio às condições estruturais até o acompanhamento sistemático e continuado de assistência técnica e, com urgência, exigir dos produtores o cumprimento mínimo da legislação ambiental. Hoje temos produtores que não respeitam um palmo sequer da margem do rio! Zero de mata ciliar, aliada ao uso significativo de agrotóxicos. Membros da Associação Água Doce, com apoio do SEBRAE, da Agetur e do SENAR estão se capacitando para a implantação do Projeto de Turismo Rural, que contempla, dentre outras ações, a produção agroecológica, porém estão esbarrando na falta de água para produzir!

Em tempo: Temos conhecimento de que problemas idênticos aos acima mencionados ocorrem nas regiões dos ribeirões Brejo Comprido e Água Fria. O descaso com o bem imprescindível que é a água parece estar assentado na ilusão de que Palmas não terá problemas de abastecimento de água! E ainda que assim fosse, como ficaria a área rural sem água para consumo humano e muito menos para produção?

E, concluindo, a Associação Água Doce é uma instituição

a. que congrega e está aberta a todas as pessoas que têm alguma sensibilidade e algum comprometimento com propostas e ações de preservação, recuperação e produção sustentável;
b. que traçou como princípio o trabalho em corresponsabilidade entre a instituição e os órgãos públicos. Isso implica , de parte da Associação, em ações de sensibilização e execução para a preservação, de recuperação, dentre outras, tais como o Mutirão de Limpeza da TO, a visita às famílias para sensibilização, dentre outras ações, e projetos audaciosos para os próximos meses: para o dia 08 de outubro a Limpeza do curso do Ribeirão Taquaruçu e, no mês de novembro, o plantio de árvores na mata ciliar para cujas ações desde já conclamamos todos os moradores do Vale e moradores de Palmas; o trabalho em corresponsabilidade implica, da outra parte, em uma ação mais enérgica e efetiva dos órgãos de fiscalização: Ministério Público, Naturatins, Fundação do Meio Ambiente, Guarda Metropolitana Municipal, e demais órgãos responsáveis por corrigir e inibir as ações de depredação.

Por fim, para deixar bem claro e explícito: Não acreditamos serem necessárias novas leis! Acreditamos, sim, que a legislação existente precisa ser cumprida. E que Palmas está a exigir uma gestão mais séria do seu território.

Diante do exposto, a Associação Água Doce, representando os anseios da comunidade, no que tange às questões ambientais e de produção saudável, REITERA:

- NÃO ao micro parcelamento da região do Taquaruçu Grande! As áreas urbanas já definidas no Plano Diretor que hoje são inacessíveis aos habitantes de Palmas precisam ter sua ocupação viabilizada como *uma* das formas de evitar o micro parcelamento da área rural.
- NÃO às atividades ilegais! Não à degradação, não à poluição sob todas as formas, inclusive a poluição sonora! Os órgãos públicos acima referidos, aos quais são atribuídas as funções de fiscalizar e autuar, precisam articular entre si uma FORÇA TAREFA urgente para atuar nessa região. Tal solicitação já foi formalizada em visita ao MPE em outubro de 2015.
- SIM ao Programa Produtor de Água no sistema do Pagamento por Serviços Ambientais. Aqui em Palmas esse Programa nasceu morto. A empresa privada não teve capacidade para dar andamento e o Poder Público fez de conta que nem sabia da sua existência!
- SIM à produção agroecológica! Sim à recuperação das nascentes! Sim à recuperação dos mananciais! Sim aos visitantes de Palmas e região para usufruir, com responsabilidade, alegria e na boa convivência, nossas propriedades e os locais propícios ao contato com a natureza, com sua boa energia!

Taquaruçu Grande, Palmas em 16 de agosto de 2016

Noeli Maria Stürmer –

Presidente da Associação Água Doce – Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande

2.4 FOTOS DO ENCONTRO COMUNITÁRIO - PLENÁRIA[1]

[1] **Fonte:** Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

3. DOCUMENTOS DOS EIXOS TEMÁTICOS

3.1 EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/FISCAL E GOVERNANÇA

3.1.1 RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO

LOCAL: ZONA RURAL – SETOR TAQUARUSSU GRANDE

EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/FISCAL E GOVERNANÇA

DATA: 16/08/2016

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de 2016, as 15h50min, na Escola de Tempo Integral João Beltrão, na região de Taquarussu Grande, Município de Palmas-TO, deu-se início os trabalhos do encontro comunitário relativo às discussões da revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas, especificamente sobre o eixo temático DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Inicialmente, foram apresentados os membros da equipe, quais sejam: Daniela Rocha Fighera – facilitadora; André Luís Camargo Castro – suplente; Juliano Afonso Rodovalho - técnico de mapeamento, Vanessa Mitt Silva - assistente e Denise de Moraes Rech como relatora. Após, a facilitadora Daniela explanou a dinâmica dos trabalhos em que foram convidados os colaboradores do eixo de Fiscal e Governança, composto por Rariany Monteiro, Marijane Ribeiro, José Augusto Junior; em ato contínuo, Rariany apresentou o objetivo do Eixo Fiscal e Governança, onde se espera a contribuição dos membros da sala para o referido fim; os membros da comunidade se apresentaram brevemente, indicando seus respectivos nomes e ocupações, sendo senhor Eurijan Martins, da região de Francisco Galvão, produtor rural; senhor José Almir, produtor rural, da região de Francisco Galvão; Senhora Damiana, produtora rural, presidente da Associação de Produtores rurais da região; senhora Libânia, membro da Associação Rural Água Doce, servidora pública, senhor Ruy Bucar, jornalista e produtor rural da região de Taquarussu Grande; Senhor Diego Silva, advogado, filho de produtores rurais, filho da presidente da Associação Rio Macaquinho; senhor José Pereira Nunes, presidente da Associação São Silvestre, produtor rural. Em seguida, deu-se início aos trabalhos de contribuição dos moradores, iniciando-se pelo senhor Ruy Bucar, que informa que o maior conflito da região é o risco de falta de água, causada pela ocupação desordenada e irregular, especialmente da região da Bacia do Taquarussu, em que ocorreram assentamentos na ocasião do início da ocupação original da cidade, pressionando os recursos naturais; a especulação imobiliária está promovendo uma desconfiguração na função principal da região que é RURAL; senhora Libânia reitera o comentário, enfatizando que as "águas estão acabando", os parcelamentos irregulares das chácaras estão gerando ocupação, construção e desmatamento, desenho respeitando os limites mínimos de recuos dos

córregos e matas ciliares; destaca ainda que a região é o "pulmão" de Palmas, em que as áreas verdes existentes regulam o clima da cidade; exemplificou que a Paróquia Bom Jesus da Serra conseguiu regularizar a área chamada Marmelada para a instalação da escola de Tempo Integral Prof. Fidêncio Gomes, km 19, construção em andamento e que, portanto, a experiência jurídica serviria de exemplo para resolver os vários problemas fundiários semelhantes; sugere ainda criar um trabalho de educação para se prever a degradação, juntamente com a fiscalização dessas áreas para evitar a degradação. Ato contínuo, o senhor Eurijan declara que está disposto a colaborar e informa que a estação de esgoto Santa Fé está sendo um grande conflito na região, em razão do mal odor e derramamento do esgoto a céu aberto, o que desvaloriza as propriedades da região e dificulta o encontro social das pessoas nas áreas comuns; sugere então que se providencie a mitigação desse problema o mais breve possível, modernizando o serviço de fiscalização; outra preocupação de sua parte é a notícia da previsão de construção de um anel viário para desafogar o trânsito da região, em que provavelmente a área se tornará urbana e a taxação de IPTU irá substituir o ITR; em seguida, indagou ao engenheiro Juliano (integrante da equipe técnica da Prefeitura) sobre os abrigos de ponto de ônibus da área rural, indicando como outro conflito de toda a região rural do município; outro conflito informado é a falta de sinalização das estradas e obras de arte instaladas (pontes e bueiros), dando margem para a prática de altas velocidades, gerando situação de perigo; em relação ao meio ambiente o senhor Eurijan destaca a importância dos córregos Taquarussu Grande e Taquarussuzinho para a região, entretanto ainda ocorrem desmatamentos ao longo desses (matas ciliares) para geração de áreas de balneários não oficiais; sugere a incorporação efetiva da Prefeitura de Palmas junto a um programa de incentivo ao turismo da região - já existente - chamado PRODUTOR DE ÁGUAS, promovido pelo MPE e Odebrecht. Em ato contínuo, o senhor Diego pondera que a gestão pública não contemplou o Plano de Anual de Manutenção das Estradas e vias (bueiros e pontes), dentro do prazo estabelecido, sabendo-se que o período ideal para tais reparos é o do "verão"; o senhor José Pereira informa que as estradas causam erosão junto aos córregos na época das chuvas; o senhor Diego solicita atendimento médico para sua região - Rio Macaquinho, ao menos atendimento itinerante, sabendo que a implantação definitiva de postos médicos é onerosa para o Munícipio; outra solicitação/sugestão é a de estabelecimento de regras claras e objetivas para instalação de loteamentos; outra informação é a perfuração indiscriminada de poços; nos loteamentos irregulares, sugere que o município não autorize a instalação de energia para os mesmos, a fim de dificultar a implantação desses loteamentos irregulares; ainda se referindo à regularização fundiária, sugere parcerias entre Município, Itertins, Ministério Público, a fim de se manter a segurança jurídica e paz aos proprietários, como por exemplo, mutirões de conciliação de processos na justiça; outra sugestão é a desburocratização para a emissão da DAP da Ruraltins, a fim de facilitar ao produtor rural a aquisição de crédito rural junto aos agentes financeiros e viabilizar a posse das propriedades aos produtores rurais para esse mesmo fim; denuncia que nas proximidades do Córrego São Silvestre há terras de um suposto Amarildo que as está arrendando para produção de soja e consequente uso de agrotóxicos em grande escala que é prejudicial ao meio ambiente; sugere ainda catalogar áreas de preservação

ambiental, nascentes e áreas desmatadas para descobrir formas de enfrentar tais problemas, citando exemplo estrangeiro, em que há subsídio financeiro mensal para o produtor que mantiver sua área preservada, podendo ser financiado pela iniciativa privada, parcerias, grandes empresas, etc., ou isenção de impostos; por fim sugere subsídio técnico, logístico e financeiro para o produtor rural, a fim de recuperar áreas degradadas, para fornecimento de mudas, e conclui sugerindo a construção de quadras poliesportivas para os moradores da região. Em ato contínuo, o senhor Almir, complementando a fala do Senhor Eurijan, declara que prefere que a área rural permaneça com uso rural próximo ao futuro anel viário, e que as propriedades permaneçam com seus usos rurais preservados. Ato contínuo, Senhor Eurijan propõe a criação de um Instituto Fundiário Municipal, a fim de facilitar e desburocratizar o acesso do produtor, uma vez que o Itertins não os atende devido à falta de retorno de certificação dos problemas. Em ato contínuo, a senhora Libânia volta na questão da ocupação irregular, sugerindo que o município tenha ação mais efetiva na fiscalização, podendo estabelecer prazo para retirada de ocupações irregulares, uma vez que a ocupação está sendo feita por pessoas ricas que parcelam, vendem para terceiros e a área fica degradada, usufruindo dos lucros e dividendos e a população da região fica com os prejuízos da degradação e solicita que o município intervenha com urgência nesse processo, determinando que a área permaneça como área rural; relata que a região de São Silvestre já foi motivo de denúncia de ocupação irregular junto ao Ministério Público Estadual e a população está aguardando retorno e esperando efetividade de ações; outra pontuação mencionada é a "mendicância" dos produtores junto aos agentes políticos para se conseguir a execução dos serviços de reparos de estradas e demais serviços, que foi a maneira que conseguiram que a coleta de resíduos acontecesse; que a corrida a vários órgãos para a execução desses serviços é cansativa e improdutiva; que a chamada no *twitter* diretamente ao Prefeito teve algum resultado. Em ato contínuo, a senhorita Rariany esclarece que esta situação se resolve com o fortalecimento institucional, em que não haja vinculação política para resolver tais conflitos. Em ato contínuo, o Senhor Ruy informa que o Projeto Produtor de Águas é um projeto de empresa privada com contrapartida do Governo do Estado do Tocantins e com o Fundo do Meio Ambiente e que não houve repasse desses recursos e que a prefeitura deve colocar o mínimo de contrapartida necessário; salienta que esse projeto é importante para Palmas, para que resgate a capacidade de fornecimento de água para os córregos; que o projeto não teve andamento por falta de recursos, que devem ser buscados para garantir a produção da área rural, que não tem apoio, como orientação correta; informa que há iniciativas de aplicação de recursos para os produtores rurais e que a prefeitura não está dando a devida importância e que alguns órgãos desconhecem, tratando-se de um projeto de apoio ao turismo para a região; ele ainda defende que a prefeitura incentive e participe do projeto Produtor de Águas, e que deixe de ficar somente assistindo e que assuma o projeto; sugere que talvez a solução para angariar esses fundos esteja na arrecadação de multas ambientais. Em ato contínuo, o Senhor Ângelo que representa a região de Santa Fé rural solicita que o asfaltamento de vias rurais de alto fluxo aconteça e informa que o fluxo de automóveis aumentou nos últimos anos, e ainda que a região está sendo "invadida" por clubes; que há um posto de saúde à beira da via principal, numa esquina, que afeta a

saúde das pessoas (respiração) causada pela poeira gerada pela alta velocidade dos automóveis que ali trafegam; informa que há muitas crianças com doenças respiratórias e que o posto de saúde tem estrutura precária, sem funcionários (zelador, as enfermeiras, técnicos de saúde tem que fazer a limpeza do mesmo) e que há dificuldade de atendimento de médicos no setor; informa que soube que foi liberada verba para o asfaltamento, porém nunca aconteceu a obra de asfaltamento; solicita uma solução urgente para minimizar a poeira do local ao menos na região do posto de saúde. Em ato contínuo, a facilitadora Daniela sugere o mapeamento dos conflitos no mapa e solicitam as tabelas com conflitos, sugestões e potencialidades escritos para que a equipe recolha. Os participantes então dirigiram-se ao mapa para a indicação pontual dos conflitos, potencialidades e soluções. Em ato contínuo, a facilitadora passou à classificação e priorização dos conflitos; foi ponderado pelos participantes que o principal conflito é a falta de regularização fundiária; a seguir o segundo principal conflito é a questão do transporte público ineficiente; senhor Diego informa que há deficiência no transporte escolar por falta de manutenção das estradas; o terceiro conflito seria falta de diálogo entre as secretarias para execução de projetos, especialmente os de turismo. Em seguida, a facilitadora após esclarecer dúvidas sobre as próximas reuniões do Plano Diretor, agradeceu a participação e o empenho de todos e deu por finalizada a reunião. E sem mais, eu, Denise de Moraes Rech, finalizo o relatório às 17h17min.

Composição da Equipe Técnica:

Facilitador 1: DANIELA DA ROCHA FIGHERA - Arquiteta e Urbanista.

Facilitador 2: ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO - Arquiteto e Urbanista.

Relator: DENISE DE MORAES RECH - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 1: VANESSA MITT SILVA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente técnico: JULIANO RODOVALHO- Engenheiro Civil.

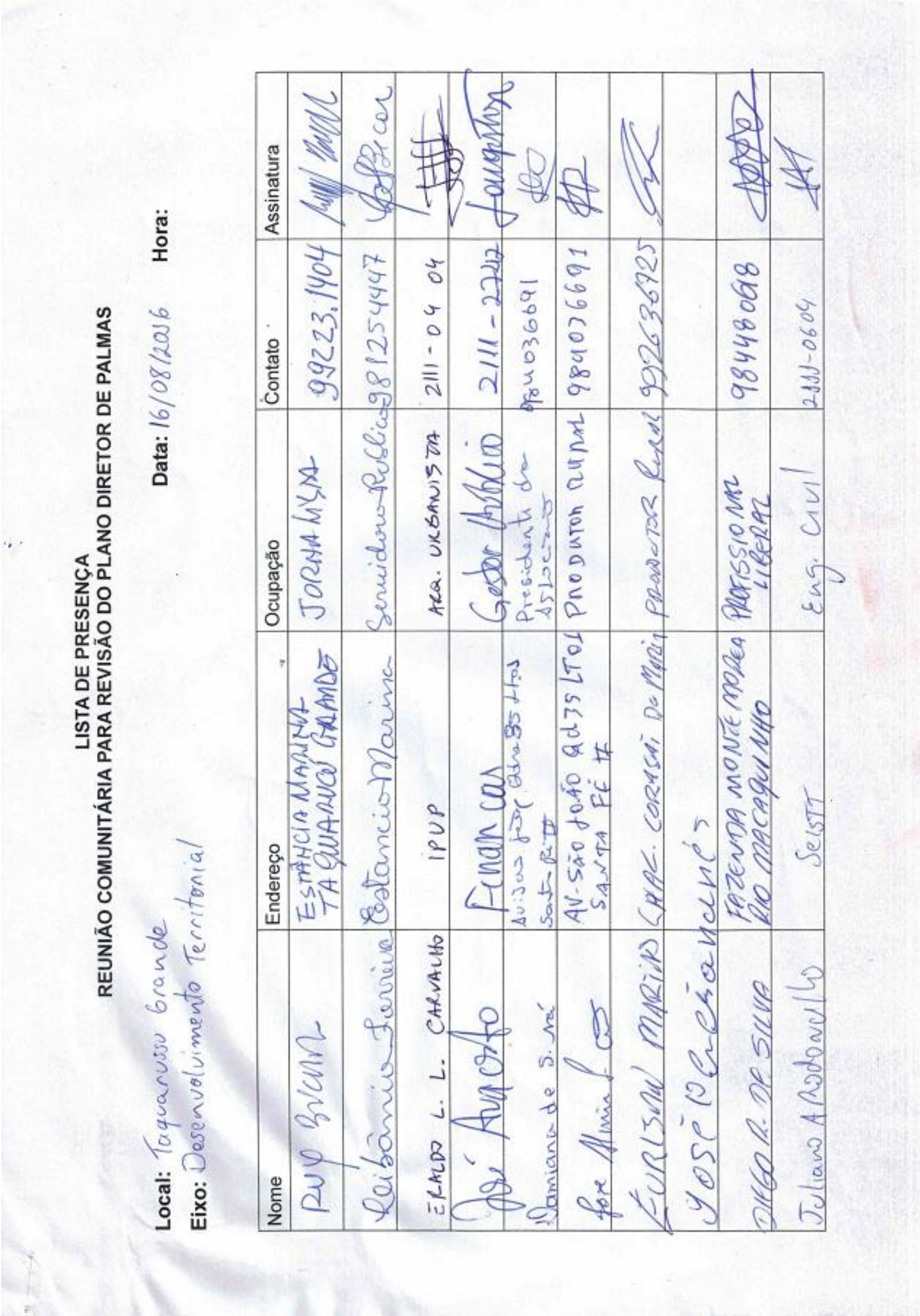
Colaboradores – EIXO FISCAL E GOVERNANÇA

RARIANY MONTEIRO – Internacionalista.

MARIJANE RIBEIRO – Arquiteta e Urbanista.

JOSÉ AUGUSTO JUNIOR – Gestor Público.

3.1.2 LISTA DE PRESENÇA DO EIXO



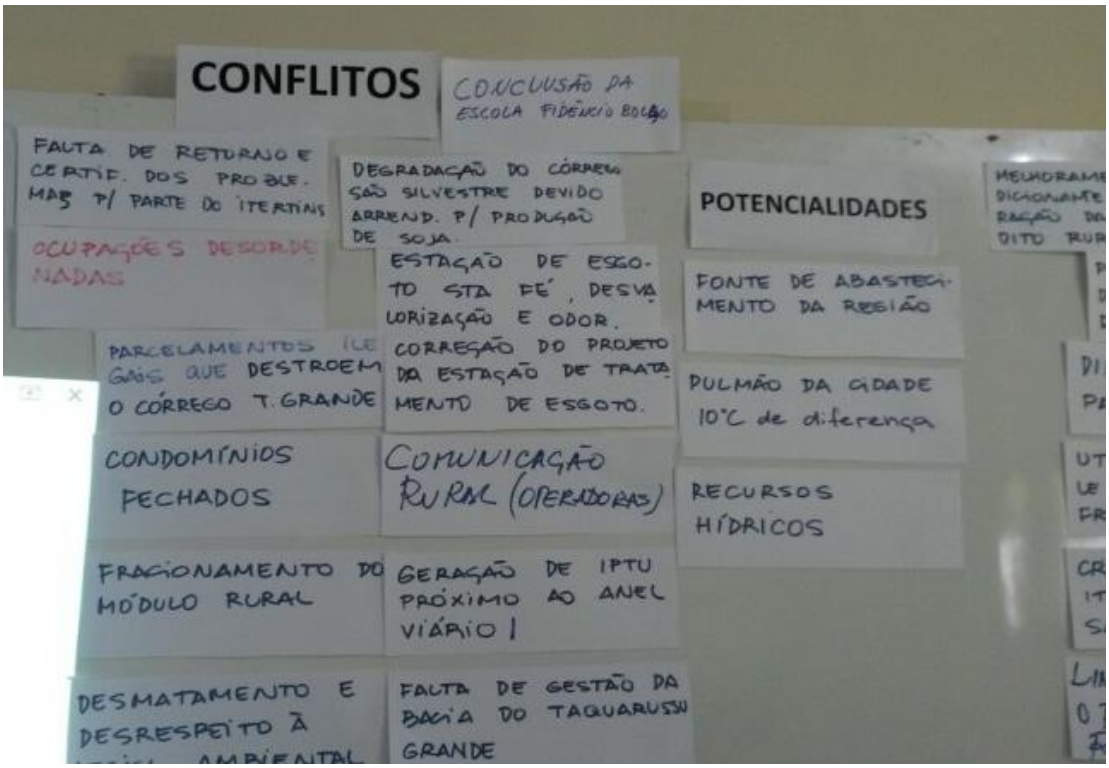
LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO COMUNITÁRIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS

Local: Taquarussu Grande
Eixo: Desenvolvimento Territorial
Data: 16/08/2016 Hora:

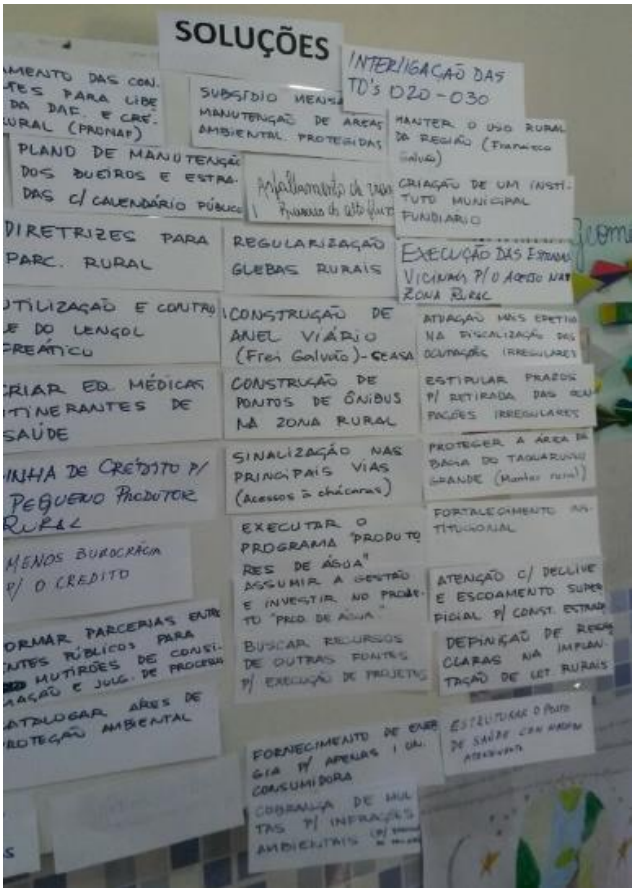
Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
Rui Bucar	Estância Marina Taquaruçu Grande	Jornalista	99223.1404	[illegible]
Leibônio Ferreira	Estância Marina	Servidor Público	981254447	[illegible]
Eraldo L. L. Carvalho	IPUP	Arq. Urbanista	2111-0404	[illegible]
José Augusto	[illegible]	Gestor Público	2111-2247	[illegible]
Damiana de S. Sá	Assoc. [illegible] Santa Rita	Presidente da Associação	984036691	[illegible]
José Amin [illegible]	Av. São João qd 75 Lt 01 Santa Fé II	Produtor Rural	984036691	[illegible]
Eurismar Martins	Chác. Coração de Maria	Produtor Rural	992636725	[illegible]
José [illegible]				
Diego R. da Silva	Fazenda Monte Moreia Rio Macaquinho	Profissional Liberal	98446098	[illegible]
Juliano A. Rodovalho	SEISTT	Eng. Civil	2111-0604	[illegible]

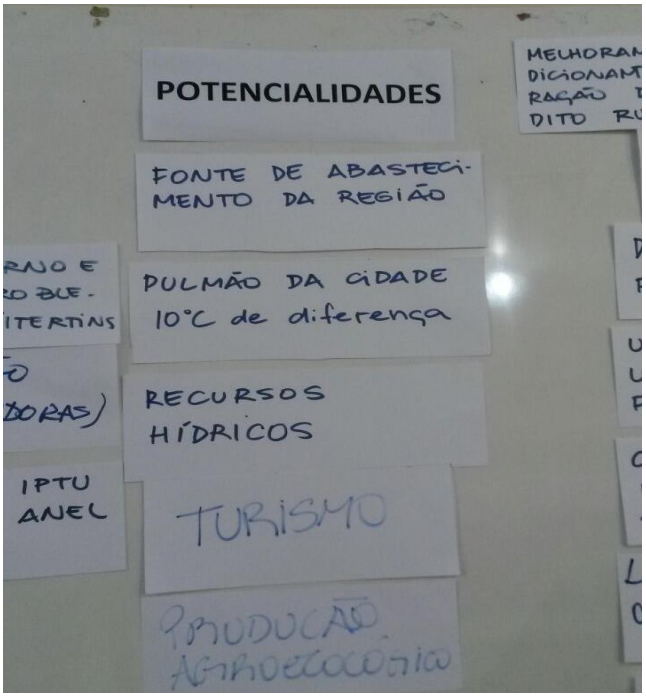
Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
J C AYRES ANGELO	STA. FÉ RURAL	AGRICULTOR	99221 8281	
JOSE ANTONIO GALDÃO	ABS: RIO MACAQUINHO	AGRICULTOR	99934 7474	

3.1.3 FOTOS DA SALA DO EIXO[2]



[2] **Fonte:** Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016


SOLUÇÕES
INTERLIGAÇÃO DAS TD's 020-030
DIRETRIZES PARA PARC. RURAL
REGULARIZAÇÃO GLEBAS RURAIS
CONSTRUÇÃO DE ANEL VIÁRIO (Frei Galvão)-CEASA
CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS NA ZONA RURAL
SINALIZAÇÃO NAS PRINCIPAIS VIAS (Acessos à chácaras)
EXECUTAR O PROGRAMA "PRODUTORES DE ÁGUA"
BUSCAR RECURSOS DE OUTRAS FONTES P/ EXECUÇÃO DE PROJETOS
MENOS BUROCRACIA P/ O CRÉDITO
CRIAÇÃO DE UM INSTITUTO MUNICIPAL FUNDIÁRIO
ATENÇÃO C/ DECLIVE E ESCOAMENTO SUPERFICIAL P/ CONST. ESTRADAS


POTENCIALIDADES
FONTE DE ABASTECIMENTO DA REGIÃO
PULMÃO DA CIDADE 10°C de diferença
RECURSOS HÍDRICOS
TURISMO
PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
IPTU
ANEL

3.1.4 TABELA – DEMANDAS DA COMUNIDADE

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente na sala temática de Desenvolvimento Territorial, bem como do eixo Fiscal e Governança, conforme tabela abaixo:

ENCONTRO COMUNITÁRIO – ZONA RURAL - TAQUARUSSU GRANDE
EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/FISCAL E GOVERNANÇA
DATA: 16/08/2016

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
1. Ocupação desordenada e indevida da área rural	A – Fonte de abastecimento da região	Executar o programa " produtores de água"
1.1 Descaracterização da zona rural	B – Pulmão da cidade 10°C de diferença	Fornecimento de energia para apenas 1 unidade consumidora
1.2 Uso desordenado da água; represamento dos mananciais	C – Recursos hídricos	Cobrança de multas por infrações ambientais (Para execução de projetos)
1.3 Desmatamento, desrespeito à legislação ambiental	D – Turismo	Sinalização nas principais vias (Acessos a chácaras)
1.4 Parcelamentos ilegais que destroem o córrego Taquarussu Grande	E – Produção agroecológico	Construção de anel viário (Frei Galvão) – CEASA
1.5 Fracionamento do módulo rural		Construção de pontos de ônibus na zona rural
1.6 Condomínios fechados		Proteger a área da bacia do Taquarussu Grande (Manter rural)
1.7-Ocupações desordenadas		Subsídio técnico, logístico e financeiro para produtores rurais em áreas em áreas degradadas. Fornecimento de mudas, recuperação ambiental
2. Precariedade dos serviços públicos e de infraestrutura		
2.1 Assoreamento das estradas		Emergência na redução da poeira próxima ao Posto de Saúde (Santa fé)
2.2 Falta de transporte público que atenda a área rural		Catalogar áreas de proteção ambiental.

2.3 Insuficiência do transporte escolar		Áreas para Lazer (Quadras esportivas).
2.4 Má condição das estradas, dificuldade de acesso		Formar parcerias entre Entes Públicos para mutirões de conciliação e julgamento de processos.
2.5 Posto de saúde em local com grande incidência de poeira.		Menos burocracia para o credito.
2.6 Grande volume de veículos e invasão de clubes (Santa fé)		Fortalecimento institucional.
2.7 Correção do projeto da estação de tratamento de esgoto		Atenção com declive e escoamento superficial para construção de estradas.
2.8 Estação de esgoto Santa fé, desvalorização e odor.		Definição de regras claras na implantação de Loteamentos Rurais.
2.9 Falta Conclusão da escola Fidêncio Bolgo		Estruturar o Posto de Saúde com melhor atendimento.
2.10 Por falta de água à escola de tempo integral está funcionando meio período		Linha de crédito para o pequeno produtor rural.
2.11 Necessidade de cobrança dos serviços públicos (lixo, estradas) Indicação política		Estipular prazos para retirada das ocupações irregulares.
2.12 Má administração do Posto de Saúde existente (Falta de servidores e péssimas instalações)		Atuação mais efetiva na fiscalização das ocupações irregulares.
2.13 Comunicação rural (Operadoras)		
3. Gestão ineficiente		
3.1 Falta de diálogo entre as secretarias para execução de projetos (Turismo para região)		Execução das estradas vicinais para o acesso nas zonas rurais.
3.2 Falta de retorno e certificação dos problemas por parte do Itertins		Criar equipamentos médicos itinerantes de saúde.
3.3 Falta de gestão da bacia do Taquarussu Grande		Utilização e controle do lençol freático.
Geração de IPTU próximo ao anel viário.		Diretrizes para parcelamento rural.
Degradação do córrego São Silvestre devido arrendamento por produção de Soja		Melhoramento das condicionantes para liberação da Daf. E crédito rural (PRONAF)

		Manter o uso rural da região (Francisco Galvão)
		Criação de um instituto municipal fundiário
		Plano de manutenção dos bueiros e estradas com calendário público
		Interligação das TO's 020 – 030
		Afastamento de vias rurais de alto fluxo
		Subsídio direto mensal para manutenção de áreas ambiental protegidas
		Regularização de Glebas rurais
		Buscar recursos de outras fontes para execução de projetos
		Assumir a gestão e investir no projeto " produtores de água"

3.1.5 SUBTEMA: HABITAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

3.1.5.1 RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO

LOCAL: ZONA RURAL – TAQUARUSSU GRANDE

EIXO TEMÁTICO: HABITAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

DATA: 16/08/2016

No dia 16 de agosto de 2016 às 14h30min, na escola ETI João Beltrão, na região rural do Taquarussú Grande, foi realizada uma reunião com a comunidade local para discussão da revisão do Plano Diretor do Município de Palmas-TO. Sendo a discussão sobre o eixo de Habitação e Estrutura Fundiária com os facilitadores: arquitetos Lúcio Milhomem Cavalcante Pinto e Elias Martins, com apoio dos arquitetos Robson Correa e Marli Noleto, o engenheiro ambiental Helielton Cavalcante Teodoro. O facilitador Elias começou a reunião dando as boas-vindas aos participantes e apresentando a equipe. Logo após, explicou a metodologia de trabalho da reunião. No primeiro momento, abriu a fala aos participantes. O senhor José Pereira Nunes morador da região de posses denominada São Silvestre relatou a necessidade de regularização da região, impedindo o desenvolvimento das atividades rurais, assim como financiamentos para elas. Logo, o Sr. Isaias Pereira Dias, proprietário de terreno próximo ao Comercial Machado, indagou sobre a competência das responsabilidades da área rural, respondido pelos arquitetos Elias e Lúcio. Depois o Senhor Joaquim Florencio Viana, proprietário de terreno às margens do Rib. Brejo Comprido, TO – 050, falou da falta de definição do uso do solo na área rural, impedindo sua atividade, dragagem e outras benfeitorias em sua propriedade. Cleusa Santos Rodrigues anotou seus apontamentos, os quais serão inseridos nesta ata. Também levantou o problema de endereçamento ausente das propriedades. O senhor Luis Maria do Loteamento Marmelada levantou problemas sobre regularização fundiária dessa região. O Sr. Cleber, também do Brejo Comprido, sugere modelo de cercamento, sem muros, além dos loteamentos irregulares que vem sendo construídos. Também demonstrou preocupação com a forma de escoamento da produção sustentável da região, além do acesso ao turismo da região. Genivaldo Nunes dos Santos, morador da região, também levantou o problema do escoamento, em função das dificuldades de trafegar nas estradas vicinais, além do licenciamento cabível para o funcionamento das atividades rurais. A todo o momento ia-se recebendo bilhetes descritos os conflitos, potencialidades e soluções. O senhor José Antonio Galvão da Silva relatou que sem a participação do Ministério Público, e representantes do alto escalão da gestão pública, não tem como avançar com o propósito

das reuniões, sendo amenizada sua indignação com o poder público, pelo arquiteto Lúcio e o Secretário Messias, mencionando o papel da Prefeitura e do Ministério Público na produção da lei. Ademar Alves Nepomucemo, proprietário da chácara do colégio, levantou a preocupação com a possibilidade da urbanização desta localidade, demonstrando ser contrário à ideia. D. Cleusa Santos Rodrigues voltou a questionar a dificuldade do crédito financeiro que não alcança o pequeno produtor rural, sugerindo uma linha de crédito para esses produtores. O Sr. Salomão de Freitas, morador da região, sugeriu investimento no beneficiamento da produção para agregar maior valor aos produtos de escoamento e também na revegetação das áreas de proteção, citando alguns projetos de incentivo à produção idealizados pela comunidade local, mas que ainda não avançou. Cleudson Alves Vieira, morador da localidade, voltou a reforçar a necessidade do endereçamento, a ligação da TO-020 com TO-030, o incentivo à produção rural, a criação de cooperativas e melhorias das estradas vicinais. Dona Cleusa Santos Rodrigues levantou a necessidade de linha de transporte público que possa atender a região. O Sr. Luiz Mário levantou a potencialidade do turismo na região, além de solicitar a catalogação das figuras rupestres. O Sr. Gilvam Almeida de Araújo, morador de chácara da região, apontou o constante adensamento da região sem as devidas estruturas de equipamentos públicos, e principalmente a não conclusão da Escola de Tempo Integral Fidêncio Bogo. A senhora Cleusa Santo Rodrigues leu e encaminhou documento com as sugestões para preservação e reconstituição das áreas de preservação no Taquarussu Grande. Também declarou ser a favor da implantação de poços artesianos para atender a comunidade local. O senhor Luiz Mário protestou ser contra a urbanização local, ou microparcelamento rural, argumentando ser a consequência da degradação do Taquarussu Grande. Após a manifestação dos participantes, foram lidos os conflitos, as potencialidades e as soluções que foram elencados no painel e validados pelos mesmos. Logo após, a reunião foi encerrada as 17h00min.

Composição da Equipe Técnica:

Facilitador 1: ELIAS MARTINS NETO - Arquiteto e Urbanista.

Facilitador 2: ROBSON FREITAS CORREA - Arquiteto e Urbanista.

Relator: HELIELTON CAVALCANTE TEODORO – Engenheiro Ambiental.

Assistente de Relatoria 1: MARLI RIBEIRO NOLETO - Arquiteta e Urbanista.

3.1.5.2 LISTA DE PRESENÇA DO EIXO

LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO COMUNITÁRIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS

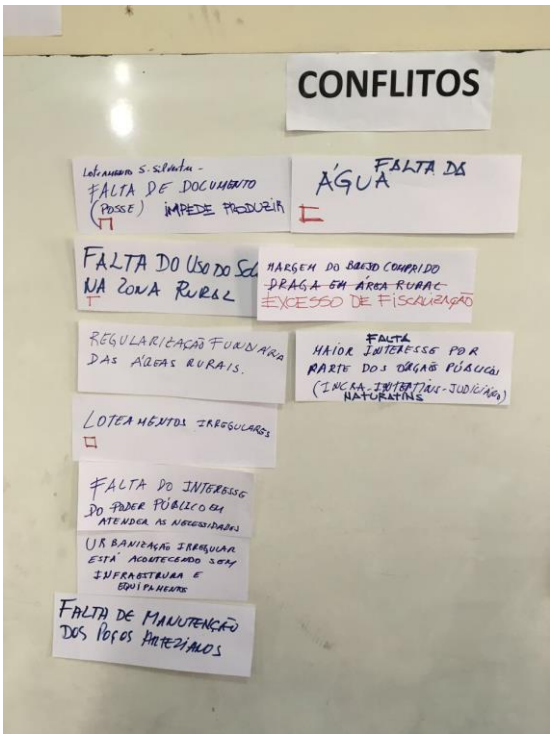
Local: Data: Hora:

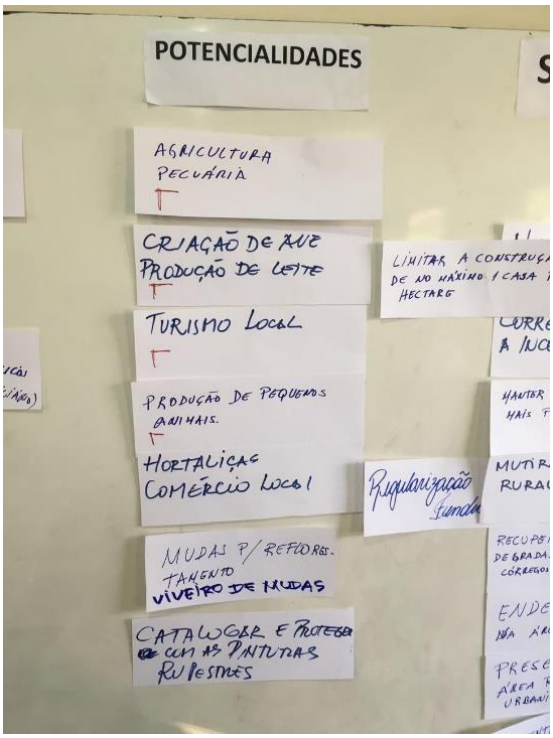
Eixo:

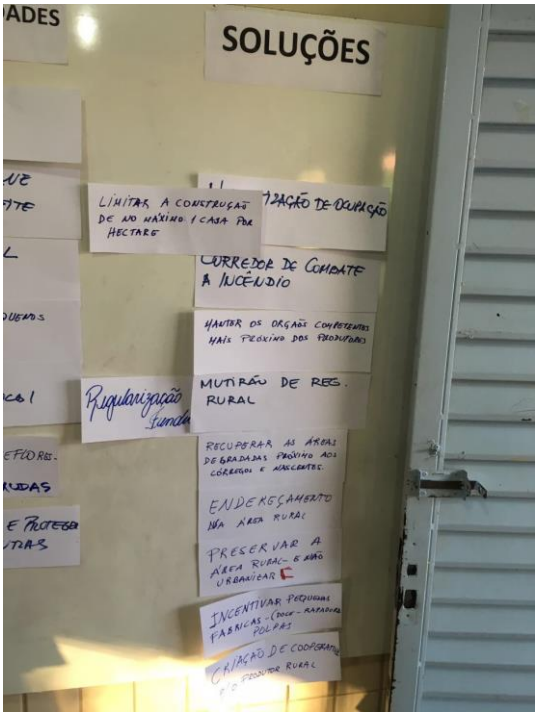
Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
José Perciano [illegible]	Associação São Silvestre	—	999716621	
Fernando A. Pereira	lot. Caminho 2ª Etapa	Estoquista	99200-3485	Fernando
José Antonio Galvão	Chacara Monte Moriá	Produtor Rural	999347474	[illegible]
Ivonar Vieira [illegible]	Assoc São Silvestre	produtor rural	984878930	[illegible]
Cleusa Santos R. da Silva	Assoc. Rio Mangueirinha	Presidente da Assoc	98443-6282	S.cleusa123@gmail
Luis Mario Ranzi	Chácara S. Francisco de Assis	func. Público	98114-2419	Luis Mario Ranzi
Joaquim [illegible] Vieira	Chc. Jardim do Eden		985027302	[illegible]
[illegible]	Chac. Bom Jesus	produtor Rural	99283 550	[illegible]
Eunice R. da Silva Siqueira	STª Fé Rural	Produtora fun. pública	99238.1440	ESiqueira
Francisca M. R. dos Ferreira	Taquaruçu Grande 10090	Func. Público	98477.8709	[illegible]

Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
Francisco Kieber Melo	Chácara Piauí, Nº 14		99242.1498	
Gilvan S Araújo	Taquaruçu grande	Educação	99213 8555	
Maria aparecida A Souza	508 norte al. 05 lt 05	Autonoma	63 81031972	
Eloy nogueira Pinto	Taquaruçu Grande	Autonoma	98404.4697	
Manoel Alves	Taquaruçu Grande	Proprietário	99226 9084	
[illegible]			999476232	

3.1.5.3 FOTOS DA SALA DO EIXO[3]







[3] **Fonte:** Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

3.1.5.4 TABELA – DEMANDAS DA COMUNIDADE

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente na sala temática de Desenvolvimento Territorial – Habitação e Estrutura Fundiária, conforme tabela abaixo:

ENCONTRO COMUNITÁRIO – ZONA RURAL - TAQUARUSSU GRANDE EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – HABITAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DATA: 16/08/2016		
CONFLITOS	**POTENCIALIDADES**	**SOLUÇÕES**
1. Existência de Loteamentos irregulares	A - Hortaliças	Limitar a construção de no máximo uma casa por hectare
1.1 Falta de regularização fundiária nas áreas rurais	B - Comércio Local	Normatizar a ocupação do solo
1.2 Urbanização irregular acontecendo sem infraestrutura e equipamentos	C - Produção de pequenos animais Criação de aves	Criar corredores de combate a incêndio
2. Falta do documento de posse (registro de propriedade) impede a produção agrícola no local (Assentamento São Silvestre); **2. Falta de água na região**	D - Agricultura	Manter os órgãos de gestão mais próximos dos produtores rurais
3. Falta da definição do uso do solo na zona rural (utilização do solo para definidas atividades	E - Pecuária Produção de leite	Realizar Mutirão de regularização fundiária rural
Falta de manutenção dos poços artesianos	F - Turismo local	Promover regularização fundiária
Falta de interesse do Poder Público em atender as necessidades apontadas pela população local	G - Mudas para reflorestamento (Viveiro de mudas)	Recuperar as áreas degradadas próximo aos córregos e nascentes

Falta de integração dos órgãos públicos nas ações de gestão (INCRA-INTERTINS-JUDICIÁRIO-NATURATINS)	H - Catalogar e proteger as pinturas rupestres	Criar endereçamento na área rural
		Preservar a caracterização da ocupação e uso da região como rural e não urbana
		Incentivar a formação de pequenas fábricas (doce – rapadura – polpas)
		Criar cooperativas de produtores rurais

3.2 EIXO TEMÁTICO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

3.2.1 RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO

LOCAL: ZONA RURAL – TAQUARUSSU GRANDE

EIXO TEMÁTICO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DATA: 16/08/2016

Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2016, teve início a reunião comunitária do Eixo temático Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, juntamente com a população da região do Córrego Taquarussu Grande, às 15h45min, com a presença de 14 pessoas, entre técnicos e representantes da comunidade, com a fala da mediadora Eng. Ambiental Mônica Rodrigues, que apresentou a equipe técnica presente na sala e os temas a serem tratados. Em seguida, fala sobre a metodologia a ser aplicada, informando que a Prefeitura quer ouvir dos presentes os conflitos, potencialidades e soluções na região, voltados ao Meio Ambiente. Fala ainda que trataremos sobre poluição do ar, água solo, sobre saneamento, sobre as concessionárias de água e tratamento de esgoto, sobre mudanças climáticas, pontua sobre o que pode ser abordado na temática e a relação de cada tema com a metodologia, explicando que essas informações serão usadas para a formatação da Lei. Ressalta que tudo está sendo registrado pelo relator do dia, sendo esta a Eng. Ambiental Ariela, e que este documento encontra-se projetado no quadro. Inicia os trabalhos perguntando quais os conflitos encontrados, e um dos presentes tira as dúvidas se ele, sendo de uma área que não foi citada, se poderia se manifestar. É dito que sim. Ângelo, que é do Santa Fé Rural, fala sobre a falta de asfalto, e considera essa situação um problema ambiental grave, relatando que esse problema acarreta problemas de saúde nas pessoas quanto à poluição do ar. Ressalta que o trabalho desenvolvido pela Associação Água doce é muito importante, remetendo a necessidade de termos água, sendo esta vital para nós, mencionando a fala do padre na abertura do evento que ressaltou a importância da água, e diz que não tratará desse assunto em sua fala pois a Associação poderá falar sobre isso posteriormente. Cita a problemática do posto de saúde e da dificuldade em ser atendido neste, que não tem estrutura para atender as pessoas que já estão passando mal, em estado de emergência, quando se deslocam ao local. Remonta uma situação de 15 anos atrás em que não existiam tantos carros, e que hoje haveria muitos deles. Ressalta que o asfaltamento seria a solução para o problema da poluição do ar por poeira. É explicado ao Sr. Ângelo que o assunto do asfalto não é resolvido nesta sala, mas que será direcionado ao grupo responsável. Ângelo continua a falar, destacando a problemática sobre as queimadas, sugerindo que a Associação possa conscientizar os moradores da região para evitar os pequenos focos, porém, indica que o fogo tem outras origens como pedaços de vidros que geram o foco, mas que a Associação não teria condição técnica para orientar os moradores da região, sugerindo que seja realizada educação ambiental para tal fim. A palavra é tomada pelo engenheiro

ambiental Wanderson, auxiliar da sala, que informa novamente como serão trabalhados os temas nas salas, o que é entendido por todos e os direciona a se manifestarem aos assuntos específicos da sala. É citado por um dos moradores que haverá na quinta-feira um treinamento com a Defesa Civil para dar orientações sobre como impedir focos de incêndio, e solicita que os moradores presentes participem do evento. Dada a informação, o morador solicita que haja um posto da defesa civil na região, para que os próprios moradores possam agir na ocorrência de incêndio. É perguntado por outro morador se a população do Santa Fé também poderia participar, e é informado que está aberto a todos da região participarem. A mediadora informa ao grupo que recebeu de outra sala uma sugestão de potencialidade para ser aplicada na área de meio ambiente, sendo esta a utilização das margens do brejo comprido para draga, e submete a todos a votação sobre a inserção ou não do tópico na sala. Após explanações, entende-se que a problemática no córrego é o assoreamento do córrego, e todos concordam que o desassoreamento seria a solução. A mediadora apresenta ainda outra tarjeta, vinda de outra sala, que trata sobre a construção do presídio as margens de córrego, como um conflito. Outro morador fala sobre os rios da região que transbordavam seus volumes e que hoje não se vê mais isso. Porém, relata sobre vários represamentos de uns cursos d'água que tem prejudicado as propriedades que ficam a jusante. Ressalta ainda a necessidade de mais fiscalização na região para evitar essas situações. Relata sobre as atividades de um proprietário que tem realizado movimentação de terra para o leito do córrego Macacão. Além disso, informa que já avistou couro de gado, tripa de galinha, no córrego, e entende essa situação como fatores que afetam a água, trazendo sua poluição. Fala que os fiscais não dão a devida atenção a essas situações de grandes obras, e que dão atenção a pequenas ações como a derrubada de poucas árvores, por exemplo, não realizando nenhuma ação contra os moradores que jogam resíduos nas águas. Solicita que sejam arrumadas árvores e plantas para plantarem nas áreas degradadas, o que é pontuado como uma solução. Outra solução apresentada é a parceria com o Naturatins para a fiscalização. Aponta ainda que para evitar o fogo é necessária uma conscientização pessoal dos moradores. Dentro desse mesmo assunto, o morador Ângelo relata sobre uma ponte que é usada para banho e piquenique pela população, poluindo a água. Outra moradora relata que foi construída uma barraca próxima a ponte, que muitos usam para lazer, deixando muito lixo na ponte. Informa que a Prefeitura deixou perto da ponte um container para lixo, e que este vem sendo usado pelos moradores da região, porém que, pelo volume de resíduos, estes são levados pela chuva, para dentro do rio. Informa que o local é logo acima da SANEATINS. Além desse problema, informam que há açougueiros que usam o local para tratar carne. Destacam que não são moradores da região que fazem isso. Como solução, pedem que cerquem a área. Pede ainda fiscalização do meio ambiente, pois os animais que morrem, como cavalo e vaca, são jogados no rio. Informam que tudo isso acontece acima do ponto de coleta da Saneatins. Para a ponte, outro morador reforça como solução o cercamento da região. Para uma moradora, a falta de conscientização das pessoas é um grave problema. O senhor Jose Monteiro relata sobre a poluição das águas do córrego próximo

do clube dos cabos e soldados, por esgoto, citam que é o Ribeirão Cipó, e que o esgoto é oriundo da ETE Saneatins. A mediadora pergunta se há mais algum conflito a ser apresentado, e o padre Jairom informa sobre a necessidade de intervenção do Município na Vila, quanto à localização de poço e fossa. Diz que a fossa está num lugar mais alto e próximo do poço, podendo gerar a poluição da água. Como solução, pedem a intervenção do Poder Público, por meio do órgão competente. Sugerem ainda a visita de agentes de saúde para verificação dessa situação e da qualidade da água. É dada a palavra a Noemi que passa a palavra para o senhor Camara. Ele fala sobre soluções, mas aponta o desmatamento de mata ciliar e construção de escada ás margens dos córregos para acessá-los, o que remete a desmatamento e movimentação de terra para o leito desses. Ele ressalta que é produtor de água, fazendo parte do projeto da Saneatins, mas que a empresa não está cumprindo com as ações que deveria executar pelo projeto, e relata sobre atividades que estão sendo desenvolvidas no córrego, com a utilização de bombas de água e motores, além de grande cultivo de hortaliças com uso de água, este, informado pela senhora Boaventura. Falam sobre a falta de controle da vazão do córrego. Como solução ele reafirma o desassoreamento do córrego. Outro morador fala sobre a construção do asfalto da TO que dá acesso à cidade de Aparecida do Rio Negro, que movimentou terra para o córrego, acarretando em uma água lamacenta. Outra moradora apresenta a grande existência de caçadores na região, e da possível relação destes com os próprios agentes de fiscalização, expressando o sentimento de desconfiança quanto a estes agentes, alegando que não teriam a quem recorrer para solucionar o problema. Elenca ainda como necessidade, subsídios ao produtor para produzir. Explica que como solução o produtor poderia receber para não desmatar locais para produção. Ressalta a necessidade dos equipamentos para que os próprios moradores possam impedir que o fogo se espalhe. Outra moradora relata sobre situação que passou, perdendo tudo o que tinha, por causa de fogo que desceu da Serra, relatando ainda a facilidade do fogo em se espalhar, e da dificuldade dos agentes que combatem o fogo de atenderem os chamados ao tempo certo. Informam que um problema que agrava essa situação dos agentes, seria a falta de identificação de endereços das propriedades. Reafirma a necessidade do asfalto na região e dos problemas correlacionados a movimentação de terra que cai para os córregos, quando da manutenção das vias. A mediadora leva o grupo a se manifestar quanto às potencialidades na região, porém a moradora Noeli fala da importância em se estimular o pagamento por serviços ambientais, apresentando bons exemplos de locais que aplicam essa metodologia com bons resultados. Reafirma a necessidade urgente de uma intervenção na região, estancando os loteamentos, degradando os rios, e produtores que recebem apoio logístico da SEDER e que o próprio motorista da SEDER leva terra as margens do rio, ressaltando que os próprios agentes precisam entender da legislação ambiental. Pedem que a mediadora troque o nome subsídio por outro. É mantido o nome e criada outra tarjeta com o mesmo assunto e outras palavras. Outro morador relata sobre o projeto Água Boa, que poderia ser executado na região, e é expressado pelos moradores a necessidade de aplicar projetos e soluções cuja experiência e aplicação, com bons

resultados, já são conhecidos. Outro morador pergunta sobre o que fazer com as pessoas que tiram a madeira, pois ele necessita tirar para fazer curral e não pode, mas que outro proprietário, que trabalha em empresa concessionária de energia, fez o mesmo e não foi impedido. O técnico Wanderson explica como se dá o sistema de fiscalização ambiental, baseado em lei, e estimula o morador a solicitar a autorização para extração, correndo o risco de ser multado caso faça a supressão sem a devida legalização. O mediador Wanderson estimula o grupo a se manifestar sobre as potencialidades da região, explicando sobre como e o quê pode ser relatado. O morador fala que é produtor de mandioca, milho, banana, cupuaçu, e que vende na feira. Outra moradora informa sobre projetos de produção de doces e geleias na região, além de turismo rural, produção agroecológica, pequenas agroindústrias para incentivo a utilização de recursos da região como caju, buriti, bacaba. Um dos impedimentos que os moradores veem, é que muitos não têm documento da terra. O mediador estimula novamente o grupo a se manifestarem sobre os potenciais da região, explicando que podem ser voltados a melhorar o que já existe, na questão ambiental. É relatado por uma moradora que há várias cachoeiras em sua propriedade, que seria um ponto turístico a ser explorado, mas que se depara com as limitações em sua terra, de espaço, para a estrutura de acesso. Ressalta que o turismo ecológico e a comercialização de bacaba, buriti, caju, da região poderiam ser mais bem explorados. Quanto às áreas especialmente protegidas da região, o mediador Wanderson explica ao grupo do que trata o assunto, e pede que os moradores manifestem seu ponto de vista quanto a possíveis conflitos, soluções e potencialidades nestas. É explicado que hoje ela não é explorada, mas que poderia ser, caso a legislação pertinente fosse respeitada. Porém, não há manifestações do grupo sobre o assunto, além daquelas já relatadas. A mediadora informa que o grupo poderá ir a outras salas para fazer sugestões e alguns saem da sala. As discussões voltam-se às duas moradoras presentes na sala e a mediadora, que relatam sobre situações que vivem na região e das questões sobre a parcialidade da fiscalização ambiental. Ressaltam o quanto seria importante a preservação da região em APA e Parque. Informam sobre a ocorrência de "porcões", javalis, na região. Encerrada a aplicação da metodologia e levantamento das informações, encerra-se a reunião às 16h50min.

Composição da Equipe Técnica:

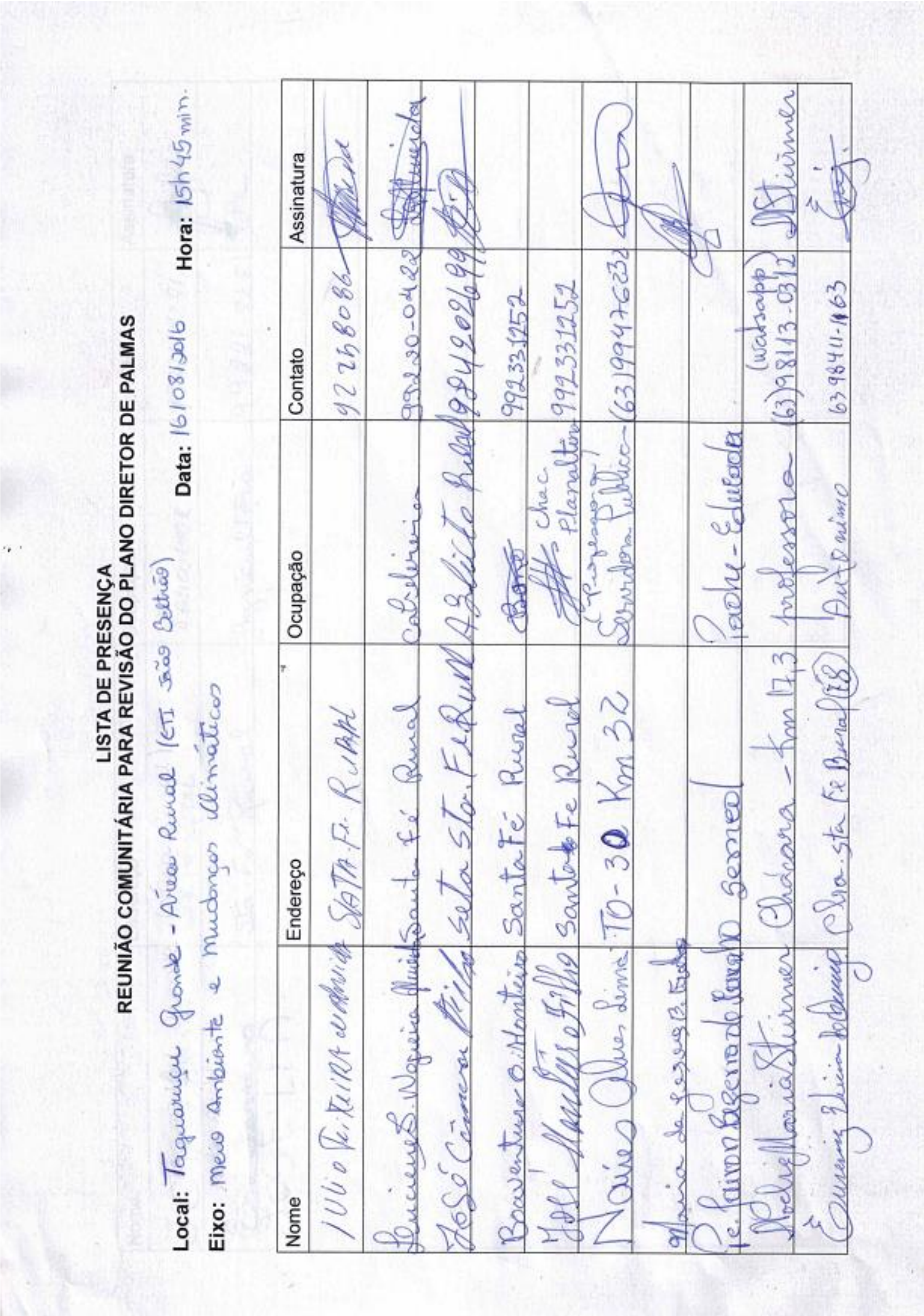
Facilitador: MÔNICA RODRIGUES DA SILVA - Engenheira Ambiental.

Relator: LOANE ARIELA SILVA CAVALCANTE - Engenheira Ambiental.

Assistente de sala/Assistente técnico: WANDERSON LOPES OLIVEIRA - Engenheiro Ambiental.

Assistente de sala/Assistente técnico: DANIEL BARTIKUS RODRIGUES – Geógrafo.

3.2.2 LISTA DE PRESENÇA DO EIXO



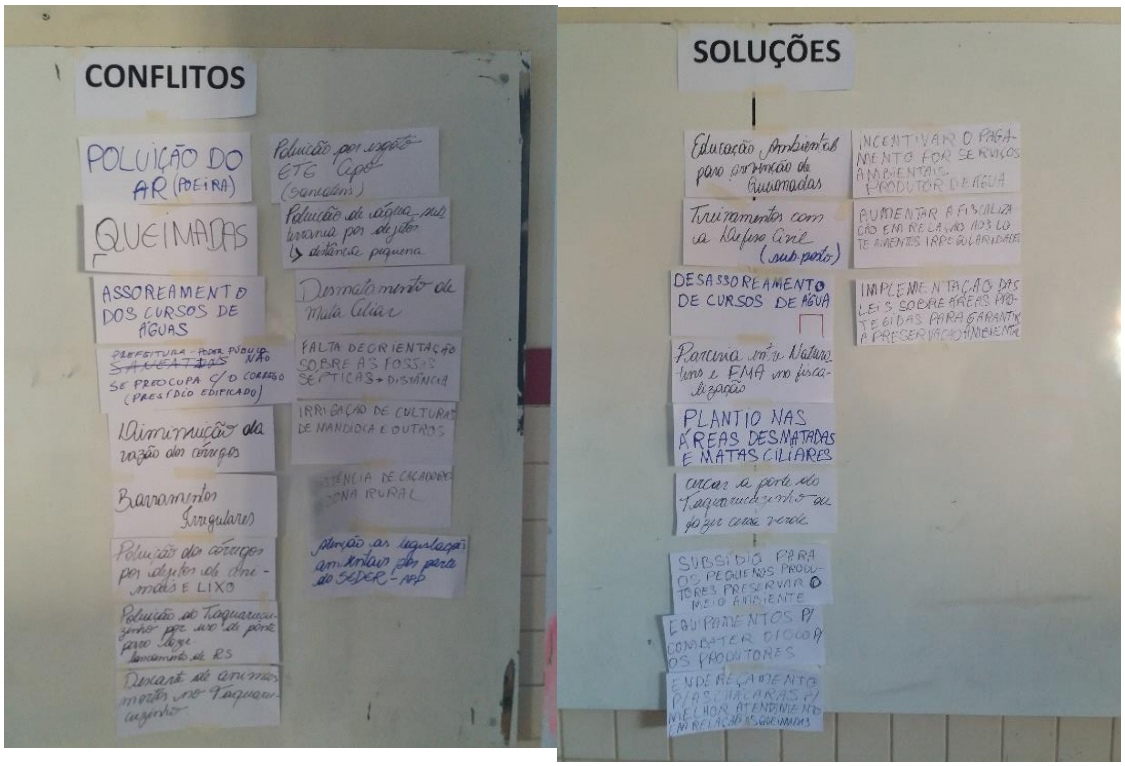
LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO COMUNITÁRIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS

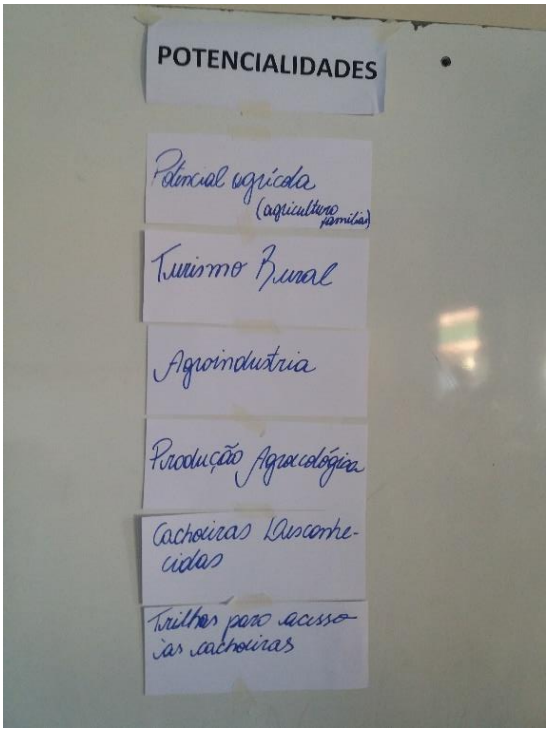
Local: Taquaruçu Grande - Área Rural (ETI João Beltrão) Data: 16/08/2016 Hora: 15h45 min.
Eixo: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
Júlio Teixeira [illegible]	Santa Fé Rural		92268086	[illegible]
Luciene S. Nogueira [illegible]	Santa Fé Rural	Cabeleireira	99230-0422	[illegible]
José Câmara Filho	Seta Sta. Fé Rural	Agrícola Rural	984202699	[illegible]
Boaventura O. Monteiro	Santa Fé Rural	Bano	992331252	
José Monteiro Filho	Santa Fé Rural	Chac. Planalto	992331252	
Naires Alves Lima	TO-30 Km 32	(Professora) Servidora Pública	(63)99476232	[illegible]
Maria de Jesus B. [illegible]				[illegible]
Pe. Fairon Bezerra do [illegible]	Sereno	Padre - Educador		
Noelia Maria Stürmer	Chácara - Km 17,3	professora	(watsapp) (63)98113-0312	[illegible]
Eurania [illegible]	Chác. sta Fé Rural (78)	Autônomo	63 98411-1163	[illegible]

Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
J C AYRES ANGELO	STA. FÉ RURAL	AGRICULTOR	99221-8281	
Eni Ferreira	Sta. Fé Rural	Agricultora	99221-8281	
JOSE' LFA				

3.2.3 FOTOS DA SALA DO EIXO[4]





[4] **Fonte:** Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

3.2.4 TABELA – DEMANDAS DA COMUNIDADE

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente na sala temática de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, conforme tabela abaixo:

ENCONTRO COMUNITÁRIO – ZONA RURAL - TAQUARUSSU GRANDE EIXO TEMÁTICO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DATA: 16/08/2016		
CONFLITOS	**POTENCIALIDADES**	**SOLUÇÕES**
Poluição do ar (poeira)	Potencial Agrícola (agricultura familiar)	Educação ambiental para a prevenção de queimadas
Queimadas	Turismo Rural	Treinamento com a Defesa Civil.
Assoreamento dos cursos d´água	Agroindústria	Desassoreamento dos cursos d'água.
Poder Público não se preocupa com o córrego (presídio edificado)	Produção agroecológica	Parceria entre NATURATINS e FMA na fiscalização.
Diminuição da vazão dos córregos	Cachoeiras desconhecidas	Plantio nas áreas desmatadas e matas ciliares
Barragens irregulares	Trilhas para acesso as cachoeiras	Cercar a ponte do Taquaruçuzinho ou fazer cerca verde
Poluição dos córregos por dejetos de animais e lixo	Riqueza de recursos naturais na região	Subsídio para os pequenos produtores para preservarem o Meio Ambiente
Poluição do Taquaruçuzinho por uso de ponte para lazer (lançamento de resíduos sólidos)		Equipamentos para combater o fogo (para os produtores)
Descarte de animais mortos no Taquaruçuzinho		Endereçamento para as chácaras para melhor atendimento em relação às queimadas.
Poluição por esgoto (ETE Cipó)		Incentivar o pagamento por serviços ambientais (ex: produtor de água)
Poluição da água subterrânea por dejetos		Aumentar a fiscalização em relação aos loteamentos irregulares.
Falta de orientação sobre as fossas sépticas (distância)		Implementação das leis sobre áreas protegidas para garantir a preservação ambiental
Desmatamento de mata ciliar		

Irrigação de culturas de mandioca e outros		
Existência de caçadores (zona rural)		
Consideração das legislações ambientais por parte da SEDER (APP)		
Poluição derivada da poeira (Santa Fé)		